



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101 /2020

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA GESTÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO DE SOFTWARE COM HOSPEDAGEM IN CLOUD (NUVEM)

I. DAS PRELIMINARES:

1. Trata-se de impugnação interposta tempestivamente pela empresa VIVER SISTEMAS LTDA., com fundamento nas Leis 8.666/93 e 10.520/2002, relativamente a documento exigido para fins de qualificação técnica.

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2. A empresa impugnante contesta especificamente a cláusula 7.4.8 do edital, que exigem a apresentação de certificação do software pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde – SBIS.

3. Alega que a exigência contraria a Lei de Licitações e aponta que o próprio Ministério da Saúde, em 25 de setembro de 2019, revogou o Credenciamento nº 01/2017, que tinha por objeto a contratação de empresas para implantação de prontuário eletrônico nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de contratação de solução que contemple serviços de hardware, software, manutenção de equipamento de TI, treinamento dos profissionais de saúde e suporte técnico para o uso do Prontuário Eletrônico.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

4. Requer a Impugnante que a exigência contida a cláusula 7.4.8 seja retirada



do edital e que, em face disso, seja reaberto o prazo para apresentação de propostas.

IV. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

5. Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o Decreto 10.024, de 20 e setembro de 2019, em seu artigo 24, dispõe:

“Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública”.

6. A impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail, sua impugnação ao edital, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.

7. Quanto ao mérito, importa frisar que os documentos referentes à qualificação técnica dos licitantes estão listados no artigo 30 da Lei de Licitações. Da simples leitura do dispositivo, percebe-se que a Lei elenca exhaustivamente qual a documentação poderá ser demandada do fornecedor interessado em participar da licitação, **numerus clausus**, não deixando margem a outras exigências, com vistas a evitar, como dito alhures, a restrição a competição e a criação de exigências, por vezes, dispensáveis.

8. Assim, como requisito para a habilitação técnica, se verifica que não há espaço para a exigência de que o fornecedor tenha, ou o seu produto esteja certificado pela ISO ou por qualquer outra entidade de padronização.

9. Pode-se até eventualmente cogitar atribuir uma pontuação extra no julgamento das propostas, que é uma fase posterior, a um produto ou a um serviço que possua o selo de qualidade ISO, mas não se deve impedir que outros fornecedores, com produtos e serviços que podem ter a mesma qualidade e utilidade, apesar da inexistência de prévia



certificação de qualidade, participarem do certame.

10. O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão n.º 1085/2011-Plenário, sedimentou entendimento de que a exigência em licitações, na fase habilitatória, de certificação ISO é ilegal, não encontrando amparo na legislação, in casu, no já mencionado art. 30 da Lei nº 8.666/93:

“As certificações nacionais correspondentes à família 9000 da ISO se referem, em linhas gerais, a critérios para implantação de sistemas de garantia da qualidade. Para obtê-los, a empresa deveria demonstrar a adequação de seus procedimentos de fabricação aos padrões estabelecidos na norma, o que garantiria, ao menos em tese, que os produtos oriundos dessa empresa tenham sempre as mesmas características. Todavia, isso não garante que eles tenham qualidade superior aos de uma empresa que não seja certificada. Além do que, obter a certificação ISO é faculdade das empresas – não há lei que a indique como condição para exercício de qualquer atividade. Restritiva, portanto, a exigência desse predicado como condição para qualificação em licitações, pois afastar os participantes não certificados reduz a possibilidade de alcance da melhor proposta para a Administração, sem que haja justificativa razoável para tanto.”

11. Na mesma senda, o Tribunal de Contas da União manifestou-se pela ilegalidade de tais exigências no Acórdão nº 1526/2002 – Plenário, de Relatoria do Ministro Ubiratan Aguiar:

“Os requisitos técnicos devem ser especificados de acordo com as normas da CNEN, não dos Certificados da série ISO 9000. Há que ser comprovada a capacidade de produzir bens e serviços que atendam às normas de segurança exigidas para o tipo de atividade desenvolvida, as quais devem ser de inteiro conhecimento da própria Eletronuclear. Há que se buscar a qualidade real do produto, não certificações que podem auxiliar a garantir



essa qualidade, mas não garantem que outros que não a possuem não tenham a capacidade para atender ao interesse público.”

12. Entretanto, aquele órgão de controle tem admitido tal exigência numa fase posterior, qual seja, na classificatória das propostas ofertadas, momento em que se pode comprovar a qualidade dos produtos e serviços sem restrição à competitividade.

13. Evidentemente, a cláusula 7.4.8 do edital, em face da literalidade da lei de licitações e do entendimento do Tribunal de Contas da União, contém exigência que acaba por comprometer e até mesmo restringir a competitividade da licitação, contrariamente aos seus princípios.

V. DECISÃO

14. Isto posto, conheço da impugnação apresentada pela empresa VIVER SISTEMAS LTDA, para, no mérito, dar-lhe provimento, excluindo a exigência contida na cláusula 7.4.8 do edital e determinando, nos termos do § 3º do artigo 24 do Decreto nº 10.024, de 2019, a definição e publicação de nova data para a realização do certame, observado o disposto no artigo 25 do mesmo Diploma Legal.

Bonfinópolis de Minas, 16 de setembro de 2020


Nádylla Aparecida Silva e Souza
Pregoeira Oficial

NÁDYLLA APARECIDA SILVA E SOUZA
Portaria 018/2017
Pregoeira Oficial